

# Fogos de outubro de 2017 foram fenómeno inédito e com falhas no combate

**Os incêndios de outubro de 2017 na região Centro constituíram um fenómeno inédito, resultante da conjugação de fatores meteorológicos, mas a Comissão Técnica Independente (CTI) também concluiu que houve falhas na programação de socorro e nas comunicações.**

Criada em 7 de dezembro de 2017, pela Assembleia da República (AR), para analisar os grandes incêndios rurais de 14, 15 e 16 de outubro na região Centro, a CTI é constituída por 12 peritos.

De acordo com o relatório – ‘Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental’ – falhou a capacidade de “previsão e programação” para “minimizar a extensão” do fogo na região Centro, face às previsões meteorológicas de temperaturas elevadas e vento para os dias em que ocorreram.

As chamas, que provocaram a morte de 50 pessoas e cerca de 70 feridos, afetaram mais de 220 mil hectares de território, cerca de 190 mil dos quais de floresta, perto de 1 500 casas e mais de meio milhar de empresas.

A junção de vários fatores meteorológicos constituiu “o maior fenómeno piro-convectivo registado na Europa até ao momento e o maior do mundo em 2017, com uma média de 10 mil hectares ardidos por hora entre as 16h00 do dia 15 de outubro e as 05h00 do dia 16”, salientam os peritos da CTI, referindo que este período esteve “claramente sob a influência do vento de sul impelido pelo [furação] Ophelia”, fazendo com que as chamas tivessem sido conduzidas pelo vento.

A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) pediu um reforço de meios devido às condições meteorológicas, mas não obteve “plena autorização a nível superior”, e a atuação do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) foi “limitada” por falhas na rede de comunicações, destaca o relatório.

As queimadas e o fogo posto foram as duas principais causas das mais de 900 ignições registadas nestes fogos, considerando-se preocupante a quantidade de reacendimentos.

O número total de ignições (fogachos e incêndios florestais e agrícolas) iniciadas nos dias 14, 15 e 16 de outubro registadas no Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), “foi de 206, 495 e 213, respetivamente”.

O documento indica que “por momentos iniciais” foram cumpridas as determinações fixadas nas diretivas, “mas rapidamente se verificou não haver possibilidade de manter a estratégia teoricamente fixada. A falta de resposta esteve relacionada com o facto de se estar em outubro e na fase Delta de combate a incêndios, em que há “uma capacidade de mobilização limitada”.

Os fogos de outubro revelaram também dificuldades dos municípios para lidar com “procedimentos relacionados com a emergência e o socorro, designadamente em resultado de incêndios rurais”, considerando-se ainda que o apoio das Forças Armadas no combate às chamadas “ficou aquém do desejável”.

Para a Comissão, os apoios públicos à floresta têm de ser reorientados e a estrutura do ICNF deve ter um reforço de meios, a par de uma revisão da sua estrutura, havendo ainda necessidade de mudanças estruturais e não apenas pontuais nas áreas de baixa densidade.

Já a GNR, é referido, tem de intensificar o patrulhamento nos locais com forte concentração de ocorrências de incêndio,

sobretudo durante o período crítico.

Comparando os dois relatórios sobre os incêndios de junho e de outubro de 2017, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, entendeu que o segundo “vai mais longe” do que o primeiro.

*Fonte: Lusa*